

XII ENCONTRO DA ASG-PLP

DÍLI, SETEMBRO 2011

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2010/2011

SECRETÁRIA-GERAL DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



O Relatório que agora se apresenta corresponde, grosso modo, ao período da 2.^a Sessão Legislativa da XI Legislatura, que se iniciou em 15 de Setembro de 2010 e concluiu-se em 19 de Junho de 2011 e à nova Legislatura, cuja primeira sessão plenária teve lugar no dia 20 de Junho de 2011.

I. A DISSOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE PORTUGAL

1. Enquadramento

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que apoiou o Governo no decorrer da XI Legislatura, não detinha a maioria parlamentar sendo que essa maioria era detida pelos Grupos Parlamentares da Oposição juntos.

Os acordos parlamentares desenvolviam-se sectorialmente em função das matérias em análise como por exemplo: o casamento entre pessoas do mesmo sexo (acordo com os Grupos Parlamentares de esquerda); a revisão na área da Segurança Social (acordo com os Grupos Parlamentares de direita); avaliação dos professores

(acordo entre os Grupos Parlamentares da oposição); Programa de Estabilidade e Crescimento – PEC's – 1, 2 e 3 (acordo com o Partido Social Democrata).

O chumbo do PEC 4 pela maioria (todos os Grupos Parlamentares da Oposição) levou à apresentação da demissão do Primeiro-Ministro, em 23 de Março de 2011.

No dia 31 de Março de 2011, na sequência da reunião do Conselho de Estado e ouvidos os partidos representados na Assembleia da República de Portugal (ARP), o Presidente da República comunicou ao país aceitar o pedido de demissão apresentado pelo Primeiro-Ministro decidindo dissolver a ARP e convocar eleições legislativas para o dia 5 de Junho de 2011. Tal decisão foi formalizada através do Decreto do Presidente da República nº 44-A/2011 de 7 de Abril, publicado no Diário da República 1ª série - nº 69 - 7 de Abril, nos termos dos artigos 133º alínea e) e 113º nº 6 da Constituição da República Portuguesa.

2. Funcionamento da ARP neste período

A dissolução da Assembleia da República não implica a cessação total de funções do Parlamento, visto que o mandato dos Deputados subsiste até à primeira reunião da nova composição da ARP, na sequência das eleições legislativas.

Porém, a dissolução implica a cessação do normal funcionamento da ARP. Na sua íntegra, subsistem apenas:

- **O mandato dos Deputados;**
- **A Comissão Permanente.**

O Plenário só pode reunir em casos excepcionais, sempre que constitucionalmente o Parlamento deva obrigatoriamente intervir, como será o caso da confirmação da declaração de guerra ou do estado de sítio ou de emergência.

O Conselho de Administração da ARP (órgão de consulta e gestão, constituído por seis Deputados, em representação de cada um dos Grupos Parlamentares, pelo Secretário-Geral da ARP e por um representante dos funcionários parlamentares, é

presidido pelo Deputado representante do maior Grupo Parlamentar) continua a reunir normalmente.

Conforme deliberado pela Conferência de Líderes da ARP, na sua reunião de 1 de Abril de 2011, com a publicação do Decreto de Dissolução da Assembleia da República, foram suspensos os trabalhos do Plenário e das Comissões Parlamentares, tendo ainda sido deliberada a data da última reunião Plenária para o dia 6 de Abril. Após a realização da última reunião Plenária, a Conferência de Líderes e a Comissão Permanente passaram a reunir com periodicidade quinzenal até à campanha eleitoral.

A Comissão Permanente funciona nos períodos de interrupção da actividade parlamentar e em situação de dissolução da ARP. Os seus poderes são muito reduzidos no que respeita à actividade legislativa, compete-lhe a apreciação de aspectos relevantes do funcionamento da ARP e mantêm-se as actividades de fiscalização do Governo e da Administração Pública.

Neste período da dissolução da ARP, **as Comissões Parlamentares** reuniram exclusivamente para redacção final de diplomas, com excepção da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, que reuniu para deliberar sobre matéria relacionada com o Estatuto dos Deputados, e da Comissão de Assuntos Europeus, que reuniu para os casos de escrutínio a realizar ao abrigo do Protocolo 2 anexo ao Tratado de Lisboa, relativo à análise da conformidade de propostas legislativas europeias com o princípio da subsidiariedade, em ambos os casos mediante autorização do Presidente da Assembleia da República.

Cessaram todas as demais actividades programadas para a ARP em matéria de conferências, colóquios, lançamento editoriais, exposições e iniciativas equiparadas, com excepção das sessões nacionais dos ensinos básico e secundário do programa Parlamento dos Jovens, que estavam já agendadas para os dias 2 e 3, 30 e 31 de Maio de 2011.

As Delegações da ARP a organizações parlamentares internacionais mantiveram-se em funções; cessaram porém as presenças em conferências, colóquios, seminários e visitas de estudo promovidas no seu âmbito.

Cessaram também as actividades parlamentares internacionais de âmbito bilateral, bem como as dos Grupos Parlamentares de Amizade.

Com a publicação em Diário da República da aceitação da demissão do Governo pelo Presidente da República, as propostas de lei que tinham sido apresentadas pelo Governo caducaram, de acordo com o disposto no nº 6 do artigo 167º da Constituição.

Desde logo houve uma preocupação – explicar aos cidadãos e aos jornalistas o funcionamento da ARP durante o período da dissolução.



The screenshot shows the website of the Portuguese Assembly of the Republic (AR). The header includes the logo 'AR ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.pt' and a navigation menu with items like 'Subscrever newsletter', 'Subscrever conteúdos', 'Versão áudio', 'ARtv - emissão em directo', 'Contactos', 'Mapa do site', 'Comunidade do cidadão', and 'Pesquisa avançada'. The main content area features a section titled 'Destaque' with the article 'A Actividade Parlamentar no período da dissolução da Assembleia da República'. The article includes a sub-header 'A dissolução da Assembleia da República (Decreto do Presidente da República nº 44-A/2011) não implica a cessação total de funções do Parlamento, visto que o mandato dos Deputados subsiste até à primeira reunião de nova Assembleia da República, na sequência das eleições legislativas. Porém, a dissolução implica a cessação do normal funcionamento da AR. Na sua íntegra, subsistem apenas:' followed by a bulleted list: 'O mandato dos Deputados;' and 'A Comissão Permanente.' Below this, it states 'O Plenário só pode reunir em casos excepcionais, sempre que constitucionalmente o Parlamento deva obrigatoriamente intervir, como será o caso da confirmação de declaração de guerra ou do estado de sítio ou de emergência.' The article also mentions 'O Conselho de Administração da Assembleia da República (órgão de consulta e gestão, constituído por seis Deputados, em representação de cada um dos grupos parlamentares, pelo Secretário-Geral da Assembleia da República e por um representante dos funcionários parlamentares e presidido pelo Deputado representante do maior grupo parlamentar) continua a reunir normalmente.' It concludes with 'Confirme deliberado pela Conferência de Líderes da Assembleia da República, na sua reunião de 1 de Abril de 2011, com a publicação do Decreto de Dissolução da Assembleia da República, serão suspensos os trabalhos do Plenário e das Comissões Parlamentares, tendo ainda sido deliberado o seguinte:' followed by a bulleted list: 'A última reunião Plenário será 4.ª feira, de 6 de Abril, às 15 horas;' 'A partir daí, a Conferência de Líderes e a Comissão Permanente reunirão com periodicidade quinzenal até à campanha eleitoral;' 'As Comissões Parlamentares reunirão exclusivamente para redacção final de diplomas, com excepção da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, que poderá reunir para deliberar sobre matéria relacionada com o Estatuto dos Deputados, e da Comissão de Assuntos Europeus, que poderá reunir para os casos de escrutínio a realizar ao abrigo do Protocolo 2 anexo ao Tratado de Lisboa, relativo à análise da conformidade de propostas legislativas europeias com o princípio da subsidiariedade, em ambos os casos mediante autorização do Presidente da Assembleia da República;' 'Cessam todas as demais actividades programadas para a Assembleia da República em matéria de conferências, colóquios, lançamento editoriais, exposições e iniciativas equiparadas, com excepção das sessões nacionais dos anos bico e secundário do programa Parlamento dos Jovens, agendadas para os dias 2 e 3, 30 e 31 de Maio;' and 'As delegações e organizações parlamentares internacionais mantêm-se em funções.'

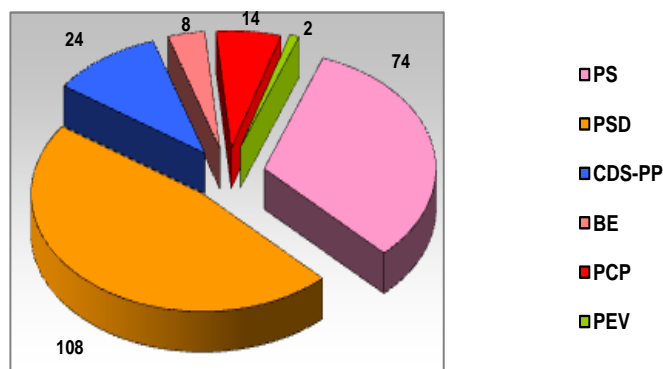
O *site* do Parlamento, www.parlamento.pt, assente em princípios de transparência e de proximidade ao cidadão, foi um dos instrumentos privilegiados para a divulgação de informações relativas ao funcionamento e às especificidades que a dissolução da ARP implicou na actividade parlamentar.

II. INÍCIO DE UMA NOVA LEGISLATURA

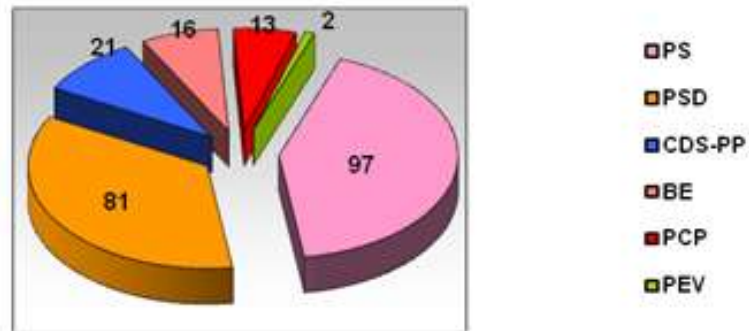
1. A composição da Assembleia da República

No dia 5 de Junho de 2011 realizaram-se as eleições legislativas que determinaram a composição da ARP durante a XII Legislatura.

Na sequência do acto eleitoral, a composição da ARP na **XII Legislatura** relativamente ao número de Deputados eleitos por Grupo Parlamentar, é a seguinte:

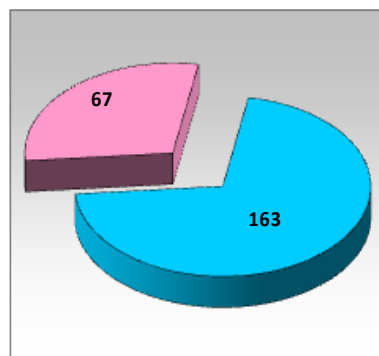


Na **XI Legislatura** a composição era a seguinte:



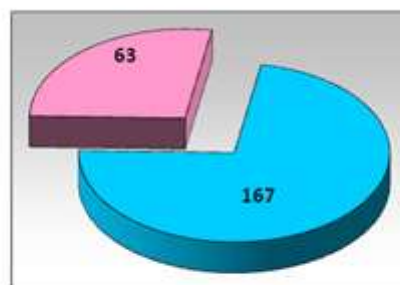
No que respeita à distribuição de mandatos entre homens e mulheres:

Deputados por Género Eleitos na XII Legislatura



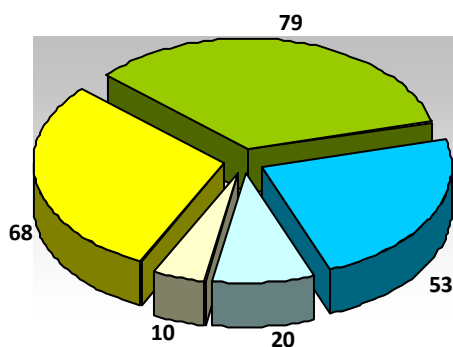
■ Homens ■ Mulheres

Deputados por Género Eleitos na XI Legislatura



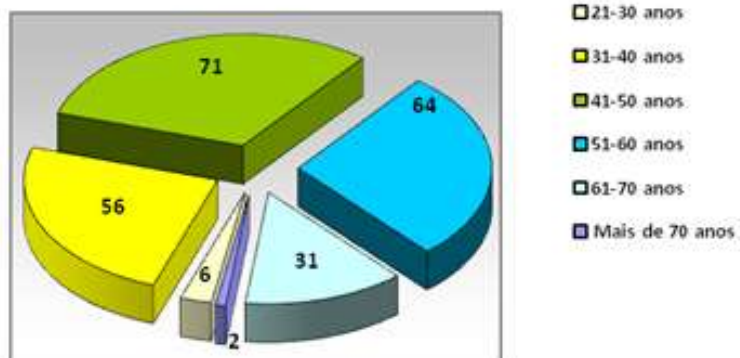
■ Homens ■ Mulheres

Em termos **etários** o elenco parlamentar da **XII Legislatura** apresenta o seguinte perfil:



21-30 anos
 31-40 anos
 41-50 anos
 51-60 anos
 61-70 anos

Em termos **etários** o elenco parlamentar da **XI Legislatura** apresentava o seguinte perfil:



21-30 anos
 31-40 anos
 41-50 anos
 51-60 anos
 61-70 anos
 Mais de 70 anos

O **perfil profissional** dos **actuais** Deputados portugueses tem as seguintes características:

Grupos Profissionais	Total
Advogados, Magistrados e outros Juristas	72
Professores de todos os níveis de ensino	46
Técnicos e profissionais de nível intermédio (Agentes de Seguros, Animadores Sociais, Bancários, Profissionais do Turismo)	21
Economistas	17
Outros especialistas de profissões intelectuais e científicas (Arquitectos, Historiadores, Sociólogos, Geólogos, Psicólogos)	15
Técnicos Superiores da AP e das Empresas	13
Dirigentes da AP e Gestores de Empresas	13
Engenheiros	11
Médicos/Farmacêuticos/Enfermeiros	8
Jornalistas, Escritores, Editores	6
Políticos	3
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	3
Estudantes	2
Total	230

2. Procedimentos no início da XII Legislatura

A ARP reuniu no terceiro dia posterior ao apuramento dos resultados gerais das eleições. De acordo com a praxe parlamentar, o líder do Grupo Parlamentar que venceu as eleições convidaria o Presidente da Assembleia da República cessante a presidir. Porém, nesta Legislatura tal prática não se verificou, na medida em que o Dr. Jaime Gama não foi candidato às eleições legislativas, pelo que não poderia estar presente na referida sessão plenária.

Perante esta situação, o líder do Grupo Parlamentar do PSD, partido que venceu as eleições, convidou para presidir à primeira sessão plenária, no dia 20 de Julho, o Vice-Presidente da anterior legislatura, Deputado Guilherme Silva (PSD), que foi reeleito Deputado.



Esta sessão plenária decorreu de manhã e à tarde.

No primeiro período (10.00h), às 13.00h, o Presidente da Assembleia da República em exercício, Deputado Guilherme Silva (PSD), convidou dois Deputados para Secretários da Mesa provisória e solicitou aos Grupos Parlamentares a indicação de membros para constituição da Comissão Eventual de verificação de poderes dos Deputados eleitos. Em seguida, procedeu-se à votação do Projecto de Resolução relativo à constituição da Comissão Eventual de Verificação de Poderes, o qual foi aprovado.

A Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos foi constituída por 19 Deputados e teve como objecto elaborar um relatório a submeter à votação do Plenário, contendo a declaração de verificação dos poderes dos Deputados eleitos e as pertinentes substituições dos Deputados (derivadas do exercício de cargos que determinem a suspensão do respectivo mandato ou a requerimento dos próprios) pelos candidatos não eleitos dos respectivos partidos que se seguissem na ordem de precedências, dos respectivos círculos e listas.

O Presidente em exercício deu indicação sobre o processo de eleição do novo Presidente, da Mesa e do Conselho de Administração para a XII Legislatura, bem como informação sobre o processo de acolhimento dos Deputados que teve lugar no Salão Nobre do Palácio de S. Bento desde as 8.00h do dia 20. As candidaturas para

Presidente da Assembleia da República foram apresentadas ao Presidente em exercício até duas horas antes do momento da eleição e, obrigatoriamente, são subscritas por um mínimo de um décimo e um máximo de um quinto do número de Deputados. Os trabalhos foram interrompidos para reunião da Comissão de Verificação de Poderes.

No segundo período, a partir das 15.00h, reiniciou-se a reunião plenária e o Presidente em exercício deu a palavra ao Deputado indicado como Relator para efectuar a leitura do relatório e parecer da Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos. O parecer foi depois aprovado, seguindo-se a proclamação da verificação de poderes.

De seguida procedeu-se à eleição do Presidente da AR, por voto secreto, em urna. Com excepção da Mesa em exercício, que é a primeira a votar, os Deputados são chamados por ordem alfabética para votar.

É eleito Presidente da Assembleia o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos dos Deputados em efectividade de funções – 116 Deputados. Se nenhum candidato obtiver esse número de votos, procede-se imediatamente a segundo sufrágio. Se nenhum candidato for eleito, é reaberto o processo. Tal aconteceu com a eleição do Presidente, já que o candidato inicialmente apresentado, Deputado Fernando Nobre (PSD), viu a sua eleição rejeitada duas vezes.

No dia 21 de Junho, o Presidente da Assembleia da República em exercício, Deputado Guilherme Silva (PSD), reabriu o processo para eleição do Presidente da Assembleia da República.



Com 186 votos, 41 em branco e um nulo, a Deputada Assunção Esteves (PSD) foi eleita Presidente da Assembleia da República. Pela primeira vez uma mulher foi eleita para Presidente do Parlamento.



No seu discurso de tomada de posse, a Presidente Assunção Esteves salientou que “A ideia da política virtuosa, inaugurada na Grécia antiga, candidata-se também às soluções da nova modernidade. Chegou o tempo da perda do monopólio político do Estado. O Parlamento, que é, como disse Mirabeau, o mapa do povo, deverá legislar, fiscalizar, representar, mas também, pela mão de cada um dos seus Deputados, fazer a sociedade, ela mesma, gerar o político.”

Procedeu-se depois à votação para eleição dos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Mesa, eleitos também por voto secreto em urna. Consideraram-se eleitos os candidatos que obtiverem a maioria absoluta dos votos dos Deputados em efectividade de funções. Foram eleitos ainda os membros do Conselho de Administração, que é constituído por seis Deputados, e seus suplentes, em representação de cada um dos Grupos Parlamentares.

3. Acolhimento dos Deputados eleitos

À semelhança da Legislatura anterior, foi organizado um processo de acolhimento dos Deputados que visou, entre outros objectivos, preparar o início do exercício de funções pelos Deputados eleitos e, simultaneamente, tornar mais fácil e rápido o preenchimento dos diversos documentos, a emissão do cartão de Deputado e, em relação aos novos Deputados, prestar todas as informações solicitadas, quer relativamente aos Serviços, quer quanto aos seus direitos e obrigações.

A 1ª fase do acolhimento funcionou a partir da dissolução da ARP disponibilizando aos candidatos a Deputados um conjunto de informações específicas através de um endereço dedicado de correio electrónico e de um sistema de Perguntas Frequentes – FAQ's (*Frequently Asked Questions*), como por exemplo: Qual o vencimento de um Deputado? Pode um Deputado optar pelo vencimento do lugar de origem? A quem deve o Deputado declarar o seu património? A quem deve o Deputado entregar o seu registo de interesses? Um Deputado pode continuar a exercer a sua profissão? Qual o

regime de incompatibilidade? Quais os documentos que o Deputado deve levar consigo no dia da tomada de posse na ARP?

A 2ª fase iniciou-se no dia da primeira sessão plenária e decorreu durante uma semana. Este acolhimento personalizado decorreu no Salão Nobre do Palácio de S. Bento, no qual estavam distribuídos os diferentes postos de atendimento com computadores portáteis que



permitiram o preenchimento electrónico dos formulários pelos Deputados, com o apoio dos funcionários afectos às várias áreas da actividade parlamentar.

Este processo de acolhimento só foi possível após a desmaterialização e simplificação de todos os formulários que carecem de preenchimento pelo próprio,



como por exemplo o registo biográfico, a identificação, fotografia, pedido de emissão de passaporte e registo de interesses.

Os Deputados que já tinham exercido o mandato em anteriores Legislaturas foram

convidados a confirmar ou a alterar os dados constantes dos respectivos formulários e a introduzir o número de contribuinte, o número de Bilhete de Identidade ou do Cartão do Cidadão, a morada e a distância em km entre a residência e a Assembleia da República.

Na sequência desta fase de acolhimento, os Deputados tiveram a possibilidade de realizar visitas guiadas ao Palácio de S. Bento e participar em sessões informativas sobre a votação electrónica e a Bancada Electrónica Parlamentar.



Foi-lhes também distribuído um conjunto

extenso de bibliografia parlamentar e uma lembrança de boas-vindas.



A 3ª fase do acolhimento centrou-se no Portal do Deputado. Este portal está instalado na intranet da ARP e contém toda a informação relevante para os Deputados exercerem o seu mandato ao longo da Legislatura.



Bem-vindo ao portal do Deputado da XII Legislatura.

Aqui encontra um conjunto de informação prática directamente relacionada com a actividade diária dos Deputados.

Aqui se incluem dados sobre os espaços e os serviços do parlamento, formulários administrativos e financeiros, e legislação relativa à actividade parlamentar.

O Portal do Deputado disponibiliza um conjunto de informação prática directamente relacionada com a actividade diária dos Deputados, nomeadamente, dados sobre os espaços e os Serviços do Parlamento, formulários administrativos e financeiros, despachos e legislação relativa à actividade parlamentar.

No âmbito das actividades, desde o início da XII Legislatura, em 20 de Junho, os trabalhos parlamentares têm decorrido sem interrupção. Já decorreram **15 sessões plenárias** e foi aprovada a Deliberação N.º 1 -PL /2011, de 1de Julho, que aprovou o **elenco e a composição das 12 comissões parlamentares permanentes**. Igualmente, merecem destaque: as **133 iniciativas legislativas** que já deram entrada (entre as quais 16 Propostas de Lei do Governo e 51 Projectos de Lei de Deputados); a realização de

115 reuniões de Comissão; a entrada de **29 petições;** a apresentação de **483 perguntas** e de **1005 requerimentos de Deputados.**

III. ACTIVIDADE PARLAMENTAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA XI LEGISLATURA (15 de Setembro de 2010 a 19 de Maio de 2011)

Do conjunto das actividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam directamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, com funções de orientação e fiscalização política, legislativa e electiva de outros órgãos.

No âmbito da actividade parlamentar, a Assembleia da República, através dos seus órgãos eleitos, desenvolveu os habituais trabalhos de Sessões Plenárias e em Comissão.

Apresentam-se assim, os trabalhos desenvolvidos durante a 2ª Sessão Legislativa da última legislatura que se concluíram em meados de Junho:

Tipo de Reunião		Nº Reuniões	
Plenárias	Ordinárias	70	72
	Solenes	2	
Comissão Permanente		3	
Conferência de Líderes		22	
Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares		13	
Conselho de Administração		21	

Efectuaram-se 72 sessões plenárias, sendo que duas foram solenes: “Sessão Solene Comemorativa do Centenário da Implantação da República” e “Sessão Solene da Tomada de Posse de S. Exa. o



Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva”, no dia 9 de Março de 2011.

Nesta legislatura e pela 1ª vez, não teve lugar a Sessão Solene do 25 de Abril, por nesta data a AR estar dissolvida.

Igualmente no âmbito da actividade parlamentar realizaram-se 22 Conferências de Líderes e 13 Conferências dos Presidentes das Comissões Parlamentares.

O Conselho de Administração da ARP reuniu 21 vezes.

No âmbito das iniciativas legislativas, deram entrada na Mesa da Assembleia da República 215 Projectos de Lei, 23 Propostas de Lei, 31 Propostas de Resolução e 322 Projectos de Resolução.

Todas as Propostas de Resolução, de iniciativa governamental, visaram aprovar Acordos, Convenções, Protocolos ou Tratados Internacionais.

Na 2ª Sessão Legislativa da XI legislatura foram aprovadas 57 Leis e 147 Resoluções.

Na tabela seguinte discriminam-se as iniciativas legislativas, por grupo parlamentar autor e respectivo processo legislativo, e que originaram Lei.

Projectos e Propostas de Lei

Iniciativas	Autor	Transitadas X ^a	Transitadas XI/1 ^a	Entradas XI/2 ^a	Discutidas Generalidade	Aprovadas VG	Rejeitadas VG	Aprovadas VFG	Enviadas para Promulgação ⁱ	Veto PR	Iniciativas deram origem Lei	Leis
Projectos de Lei	PS	0	10	16	6	12	0	14	14	0	14	57 ⁱⁱ
	PS, PSD	0	0	1	0	1	0	1	1	1	0	
	PS, PSD, CDS-PP	0	1	2	2	2	0	2	2	0	2	
	PS, PSD, CDS-PP, BE, PCP	0	0	1	1	1	0	1	1	0	1	
	PSD	0	15	18	18	12	3	11	11	1	10	
	CDS-PP	0	69	66 ⁱⁱⁱ	30	17	13	9	9	0	9	
	BE	0	66	52	38	5	31	11	11	1	10	
	PCP	0	54	51	32	4	27	8	8	1	7	
	PCP, BE, PEV	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
	PEV	0	6	4	8	2	4	3	3	0	3	
	Todos	0	0	4	2	4	0	4	4	0	4	
Total	0	222	215	137	60	78	64	64	64	4	60^{iv}	
Propostas de Lei	Governo	0	8	20	17	15	2	14	14	1	14	
	ALRA Açores	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	
	ALRA Madeira	5	3	3	0	0	0	0	0	0	0	
	Total	6	12	23	18	16	2	15	15	1	15^v	
Total	6	234	238	155	76	80	79	61	5	75		

ⁱ Inclui os Decretos AR reapreciados, na sequência de Veto do PR.

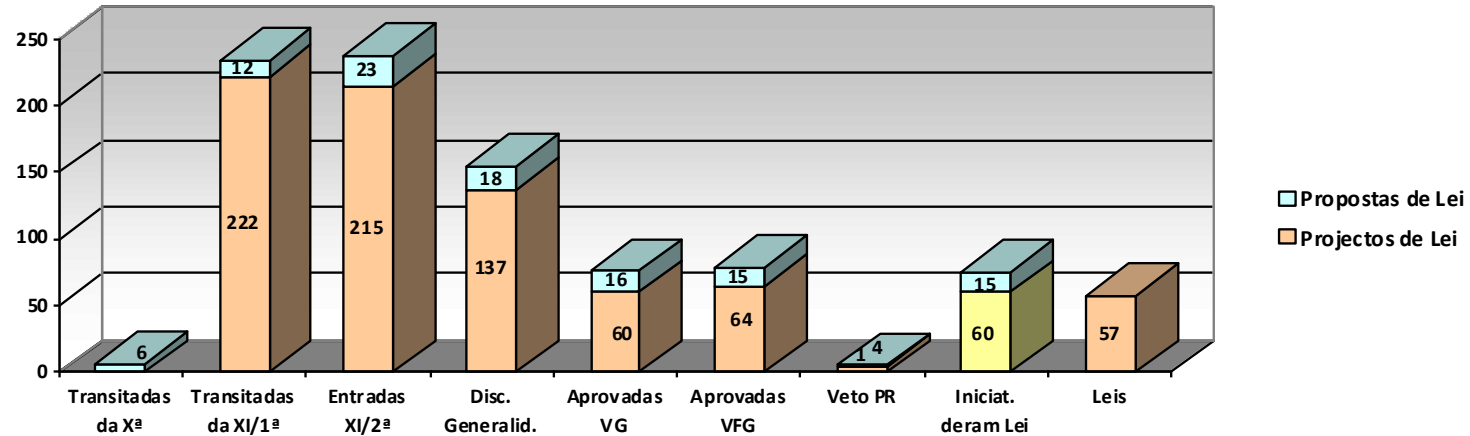
ⁱⁱ Inclui 12 Leis já publicadas na XII Legislatura. Inclui 1 Lei Orgânica. Há 14 Leis resultantes de discussões conjuntas de iniciativas. Há 2 Leis com origem em Apreciações Parlamentares.

ⁱⁱⁱ O PJI 443/XI/ 2 (CDS-PP) foi retirado.

^{iv} Há 11 Leis resultantes destes PJI que foram publicadas já na XII Legislatura.

^v Há 1 Lei publicada já na XII Legislatura.

Projectos e Propostas de Lei



O gráfico acima retrata graficamente as iniciativas legislativas entradas sendo que a azul correspondem as Propostas de Lei (de iniciativa do Governo) e a laranja os Projectos de Lei (dos deputados). A coluna amarela refere-se às Leis aprovadas e publicadas durante esta 2ª Sessão Legislativa. O CDS-PP foi o Partido que apresentou mais Projectos de Lei (66), seguido pelo Bloco de Esquerda (52) e depois pelo PCP (51). O Governo apresentou 20 Propostas de Lei. Foram aprovadas 57 Leis.

Na 2ª Sessão Legislativa da XI Legislatura estiveram em funcionamento as **13 Comissões Permanentes**, número fixado no início da Legislatura.



A tabela seguinte apresenta o número de reuniões ordinárias de cada Comissão Parlamentar Permanente:

Nº Comissão	Comissão	Nº Reuniões
1ª	Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	47
2ª	Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	26
3ª	Defesa Nacional	28
4ª	Assuntos Europeus	44
5ª	Orçamento e Finanças	53
6ª	Assuntos Económicos, Inovação e Energia	46
7ª	Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas	26
8ª	Educação e Ciência	57
9ª	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	34
10ª	Saúde	37
11ª	Trabalho, Segurança Social e Administração Pública	33
12ª	Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	28
13ª	Ética, Sociedade e Cultura	35
Total		494

No âmbito da sua actividade as Comissões realizaram também audições, audiências, visitas e ainda reuniões de grupos de trabalho.

Na Sessão Legislativa aqui em análise foram constituídas três Comissões Eventuais, entre as quais uma Comissão de Inquérito:

- **Comissão Eventual para a Revisão Constitucional** – A VIII Comissão Eventual para a Revisão Constitucional foi constituída na sequência da Deliberação nº 2-PL/2010, de 22 de Outubro, “com o mandato de apreciar os projectos de revisão da Constituição atempadamente apresentados, com plena competência para as fases da generalidade e da especialidade, nos termos regimentais”. De acordo com a mesma Deliberação, à Comissão foi fixado um prazo de 120 dias (prorrogáveis) para concluir os seus trabalhos. Tendo sido empossada a 29 de Outubro pelo Presidente da Assembleia da República de então, Jaime Gama, esta Comissão Eventual realizou, até à conclusão da XI Legislatura, 14 reuniões. O final da XI Legislatura não permitiu a conclusão da primeira leitura dos Projectos de Revisão Constitucional, ficando, como tal, sem efeito a realização de audições das Assembleias Legislativas Regionais, que, de acordo com a metodologia de trabalho definida, se deveriam realizar após o final da primeira leitura e antes do início da segunda.

- **Comissão Eventual para a Análise das Questões do Recenseamento** – Criada na sequência da iniciativa de vários Deputados do Partido Social Democrata, nos termos dos artigos 166º, nº 5, e 178º, nº 1, da Constituição da República Portuguesa e do artigo 37º do Regimento da Assembleia da República.

A dissolução da Assembleia da República motivou a cessação dos trabalhos da Comissão.

- **Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Tragédia de Camarate** – Na sequência do pedido de inquérito parlamentar sobre o acidente de aviação, ocorrido em Camarate, a 4 de Dezembro de 1980, que vitimou, entre outros cidadãos, os então Primeiro-Ministro, Dr. Francisco Sá Carneiro, e o Ministro da Defesa Nacional, Eng. Adelino Amaro da Costa, a Assembleia da República, pela Resolução da Assembleia da República nº 1/2011, publicada no Diário da República, nº 13, I Série, de 19 de Janeiro de 2011, deliberou constituir a IX Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate.

A Comissão de Inquérito, empossada a 25 de Janeiro, até à interrupção dos seus trabalhos, determinada pela dissolução da Assembleia da República, realizou oito reuniões, em que procedeu à audição de várias individualidades.

No âmbito da **actividade de orientação e fiscalização política da AR**, refira-se a apresentação de **uma Moção de Censura** ao Governo, a qual foi rejeitada. Esta iniciativa foi apresentada, nos termos do artigo 194º da Constituição, pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Nesta 2ª Sessão Legislativa tiveram lugar **34 Debates em Plenário**, distribuídos de acordo com a tipologia prevista no Regimento e conforme a tabela que se apresenta:

Debates		Total
Debate com o Governo	Debate Quinzenal com 1º Ministro	8
Outros Debates	Debate com os Ministros	1
	Debate de Actualidade	4
	Debate de Urgência	5
	Debate Político Potestativo	1
	Debate Temático	1
	Declaração do Governo	2
	Processos Contas Públicas (Orientação Política Orçamental, Conta Geral do Estado e Programa de Estabilidade e Crescimento)	3
	Participação de Portugal na União Europeia	1
	Debates em Comissão Permanente	8
Total		34

Os Grupos Parlamentares da oposição efectuaram um total de 6 **interpelações ao Governo**.

Autor	Interpelações ao Governo
PSD	0
CDS-PP	2
BE	2
PCP	1
PEV	1
Total	6

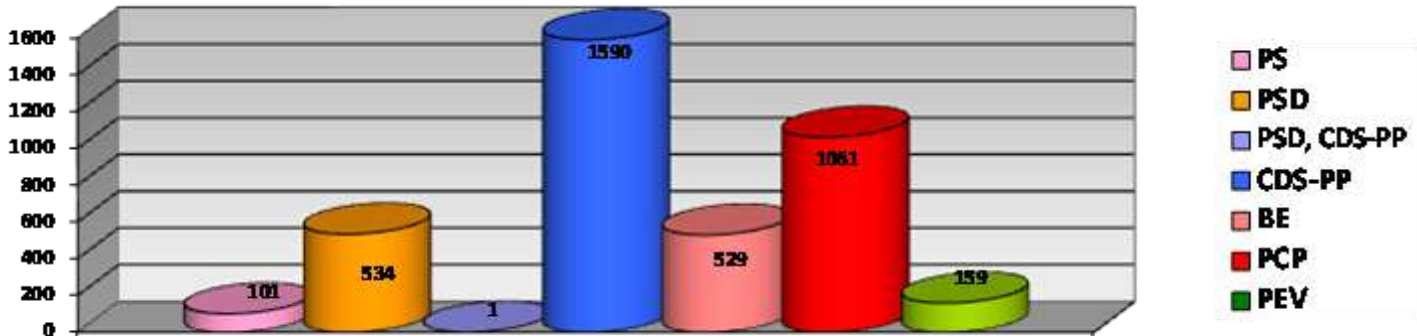
Os assuntos versados foram: consequências orçamentais das Parcerias Público-Privadas; a legislação laboral; o sector empresarial do Estado; orientações do Governo para a política de transportes públicos, centrada no transporte ferroviário; educação; o emprego e situação social.

Está consagrado no artigo 156º da Constituição da República Portuguesa, como um dos poderes dos Deputados, o de “Requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato”.

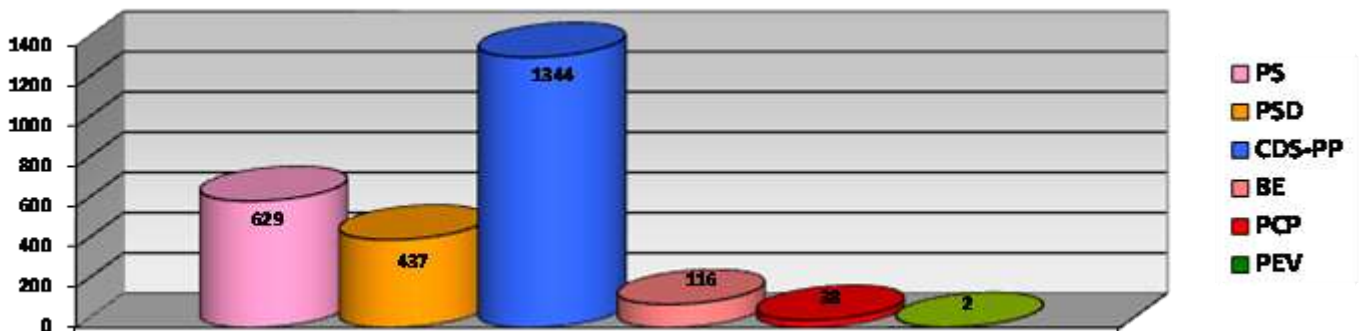
Os preceitos regimentais relativos às **Perguntas e Requerimentos** consagram que **as primeiras** são instrumentos de fiscalização e actos de controlo político e só podem ser feitas ao Governo e à Administração Pública, não podendo ser dirigidas à administração regional e local; **os segundos** destinam-se a obter informações, elementos e publicações oficiais que sejam úteis para o exercício do mandato de Deputado e podem ser dirigidos a qualquer entidade pública (art.º 229º do Regimento da ARP).

Foram formuladas, pelos diversos Grupos Parlamentares, 3.975 **Perguntas** e 2.566 **Requerimentos ao Governo**. O Grupo Parlamentar do CDS-PP foi quem dirigiu mais Perguntas ao Governo e quem efectuou mais Requerimentos, conforme espelham os gráficos abaixo:

Perguntas Formuladas na XI/2ª



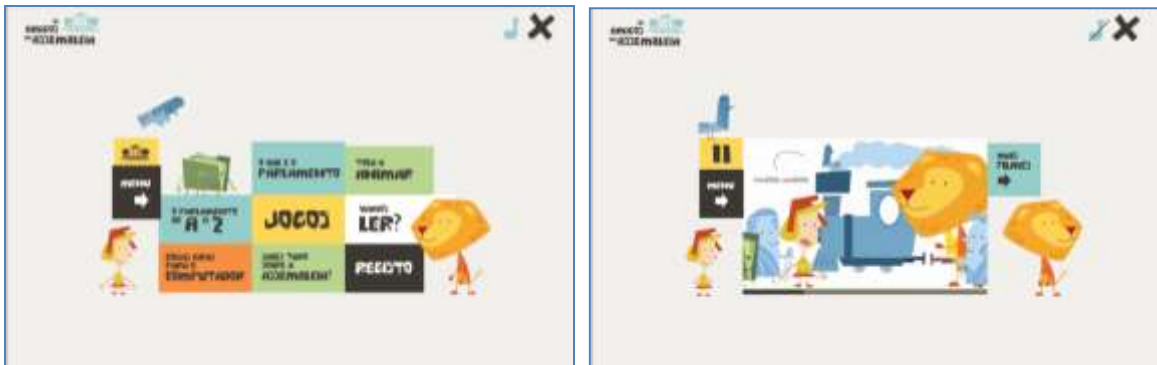
Requerimentos Formulados na XI/2ª



IV. INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO COM O EXTERIOR

No âmbito do portal Internet, lançou-se o *site* “**Espaço Jovem**”, uma página dedicada essencialmente aos mais novos, enquanto projecto de cidadania, e a pais e professores, enquanto instrumento pedagógico de apoio à comunidade educativa.

A informação do “Espaço Jovem” foi estruturada de forma a dar primazia à interacção entre o utilizador e os conteúdos disponibilizados, através da utilização de diferentes suportes pedagógicos e da adequação da linguagem à faixa etária em causa. O *site* é habitado pelos “Amigos da Assembleia da República” – O Jubas, a Menina República, a Sr.ª Constituição, o Sr. Arquivo... –, figuras animadas que assumem o papel de anfitriãs do “Espaço Jovem”.



Menu principal e exemplo de um filme animado do site “Espaço Jovem”

Este *site* foi delineado com um carácter evolutivo e dinâmico. Por isso, nesta primeira fase, foram disponibilizados **conteúdos lúdicos e didácticos** para crianças dos 6 aos 10 anos, nomeadamente jogos, filmes animados, livros interactivos, um glossário e breves textos de enquadramento sobre as competências e o funcionamento da ARP. Depois de consolidada esta fase, o próximo passo será o de alargar o *site* à faixa etária dos 11 aos 15 anos e desenvolver a área dedicada a pais e professores.

Investiu-se na **desmaterialização de vários procedimentos** originários da área do **Parlamento dos Jovens** — iniciativa institucional da ARP, desenvolvida ao longo do ano lectivo com as escolas de todo o país, em que pode inscrever-se qualquer escola do universo do ensino público, privado e cooperativo. O programa culmina com a realização anual de **duas Sessões Nacionais** na Assembleia da República —, permitindo uma mais fácil interacção entre as escolas e a Assembleia da República.

O Portal da ARP passou a disponibilizar, também, um conjunto de informação relevante sobre o **acompanhamento parlamentar dos assuntos europeus**. Neste espaço pretende-se disponibilizar a informação necessária sobre o papel do Parlamento Português na construção da União Europeia.

De acordo com a Deliberação nº 3-PL/2010, de 15 de Dezembro, publicada no Diário da Assembleia da República II Série A, n.º 55, de 22 de Dezembro de 2010, a ARP, a partir de **1 de Janeiro de 2012**, passa a “a aplicar a ortografia constante do **Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**”, em todos os seus actos legislativos e não legislativos, bem como nas suas publicações oficiais e instrumentos de comunicação

com o exterior (*Diário da Assembleia da República* I e II Séries, Canal Parlamento, edições e portal da Internet).

Para uma melhor divulgação e esclarecimento da aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, o *site* do Parlamento disponibiliza um **Guia para a nova ortografia** que tem como objectivo descrever e apresentar as novas regras da grafia portuguesa previstas no Acordo.



The screenshot shows the website of the Assembleia da República. The header includes the logo 'AR ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.pt' and navigation links for 'EN' and 'FR'. Below the header is a banner with the text 'cidadania . democracia . direitos . liberdade . soberania . igualdade . futuro . solidariedade'. The main navigation bar contains links for 'Subscrever newsletter', 'Subscrever conteúdos', 'Versão áudio', 'ARtv-emissão em directo', 'Contactos', 'Mapa do site', 'Correio do cidadão', and a search bar labeled 'Pesquisa avançada'. On the left side, there is a vertical menu with various categories such as 'Parlamento', 'Presidente', 'Deputados e Grupos Parlamentares', etc. The main content area is titled 'Destaques' and features a featured article titled 'Guia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa' dated '11-08-2011'. The article text states: 'A Assembleia da República, a partir de 1 de Janeiro de 2012, passa a aplicar a ortografia constante do Acordo Ortográfico em todos os seus actos legislativos e não legislativos, bem como nas suas publicações oficiais e instrumentos de comunicação com o exterior (*Diário da Assembleia da República* I e II Séries, Canal Parlamento, edições e portal da Internet). O presente Guia tem como objectivo descrever e apresentar as novas regras da grafia portuguesa previstas no Acordo.' Below the text are two links: 'Guia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa' and 'Quer saber como surgiu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa?'. The footer contains links for 'Acessibilidade', 'Ficha técnica', 'Administrador', 'Reserva de Propriedade', and the copyright notice '© 2008 Assembleia da República'.

O *site* é, efectivamente, um canal de comunicação privilegiado na divulgação célere de informação aos cidadãos.

O **portal da ARP** registou, ao longo da 2ª Sessão Legislativa da XI Legislatura, **1.703.516 visitas**.



A divulgação das actividades parlamentares através do **Canal Parlamento** envolveu a produção de 3.712 horas de emissão (em directo e em diferido), correspondentes a reuniões do Plenário, das Comissões Parlamentares e de outros eventos realizados na ARP durante a 2ª Sessão Legislativa da XI Legislatura.

O Canal Parlamento está, neste momento, disponível nas seguintes plataformas: ZON, MEO, VODAFONE e AR/TELECOM. Está também disponível na Web, em permanência, através do *site* do Canal (www.canal.parlamento.pt), e ocasionalmente, quando os debates o justificam, nos *sites* do **Parlamento Global** e do **Jornal Público** (que integram a emissão em plataformas interactivas de acompanhamento e comentário do debate) e, também, como retransmissão simples no **SAPO** e na **Económica TV**.

Neste momento **o Canal Parlamento pode emitir/gravar de nove espaços (Sala das Sessões, Sala do Senado, seis Salas de Comissões Parlamentares e Auditório do Novo Edifício).**

Entre os projectos em Curso, salientam-se

- **Plataformas de canais de Web TV integrados no Canal Parlamento**, com vista à emissão, em simultâneo, através da internet, dos diversos eventos que ocorram nos espaços da ARP, dado que a nível dos operadores de cabo dispomos apenas de um canal. É possível transmitir em directo pela Internet, 8 directos.
- **Produção interna de filmes sobre temas ligados à actividade parlamentar e de cidadania.**

- **Transmissão de conteúdos produzidos pelo Parlamento Europeu** sobre temas da União Europeia e de conteúdos de carácter cultural produzidos pela RTP, no âmbito do Protocolo AR/RTP.

Modelo das emissões

As emissões, que têm uma duração diária de 14/16 horas, de segunda-feira a domingo, seguem genericamente a seguinte estrutura: a abertura é feita com o genérico de estação e o hino nacional a que se segue a agenda do dia. **Cada evento da agenda é depois introduzido por uma intervenção do pivot sobre o conteúdo desse evento.** A agenda é actualizada e retransmitida entre blocos de programação e entra antes do fecho com a informação dos dias seguintes. A emissão encerra novamente com o hino e o genérico de estação.

Quanto à programação podemos distinguir, basicamente, duas janelas temporais de transmissão distintas, o directo e o diferido e quatro tipos de programação: as transmissões dos trabalhos parlamentares a partir do Plenário ou das Comissões, de eventos que ocorram na Sala do Senado (organizados pelo Gabinete da Presidente da Assembleia, pelas Comissões ou por entidades externas à Assembleia), outra produção própria que decorre da própria vida parlamentar (como é o caso de coberturas de eventos culturais e outros) e ainda aquilo a que se chama de **Produção Adicional e Externa.**



Desta produção, realizada externamente, estão a ser transmitidos três **filmes, um de cerca de 30 minutos sobre o «Património Artístico e Cultural da AR», um outro de 120 minutos subordinado ao tema da «História do Parlamentarismo em Portugal» e também, e ultimamente, um outro intitulado «Visita guiada à Assembleia da República»,** para além da emissão **pequenos documentários sobre o Palácio de S. Bento com realização e produção interna.**

V. ACTIVIDADE CULTURAL E EDITORIAL

A actividade cultural e editorial da ARP pressupõe, também, o relacionamento com diversas entidades externas, públicas e privadas, nestes domínios de actividade, contribuindo para o seu enriquecimento e promoção.

Durante o período em análise, a 2ª Sessão Legislativa da XI Legislatura, a ARP deu continuidade à política de abertura do Parlamento aos cidadãos. Realizaram-se **344 visitas guiadas**, as quais foram integradas por **13.277 visitantes**.

Assistiram às **sessões plenárias 15.497 cidadãos** e, no âmbito da abertura do Palácio de S. Bento no **último sábado de cada mês**, estiveram no Palácio **409 visitantes**.

Em 2010, as **Jornadas Europeias do Património (JEP)** foram subordinadas ao tema **“Património: Um Mapa da História”**. Este foi o enquadramento que o IGESPAR, coordenador nacional das JEP, escolheu para a realização em Portugal desta iniciativa anual do Conselho da Europa e da União Europeia.

O programa da ARP pretendeu incentivar os visitantes a usufruírem dos espaços patrimoniais através de actividades que lhes permitissem “viajar” pelo Palácio de S. Bento, percorrer as várias salas e descobrir, em cada recanto, mapas de emoções e História.

Assim, nos dias **25 e 26 de Setembro**, para além das visitas livres ao edifício da Assembleia da República, foram proporcionadas ainda visitas guiadas temáticas, denominadas **“Vi(r)ver o Parlamento”** e **“Palácio de S. Bento: um património com história”**. As primeiras centraram-se na história do Palácio de S. Bento e na actividade e competências do Parlamento, enquanto as segundas evidenciaram os aspectos arquitectónicos e patrimoniais do edifício.



Houve ainda lugar para a realização de um conjunto de actividades lúdicas e culturais, como foi o caso da oficina de expressão artística “Criar tapetes de histórias”, o jogo intergeracional “Mega-Puzzle” e as actuações musicais pelo Coro da Assembleia da República (dia 25) e pelo grupo Jovens Vozes de Lisboa (dia 26).



Merecem especial destaque, neste contexto, a apresentação pública do livro *O 5 de Outubro e a Implantação da República*, que contou com a presença das autoras, Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, e o lançamento oficial do site “Espaço Jovem”, uma nova página internet em que se explica o Parlamento aos mais jovens

(www.espacojovem.parlamento.pt).

Ao todo, **visitaram o Palácio de S. Bento**, nos dias 25 e 26 de Setembro, **mais de 1.500 pessoas**.

Desde 2009 que a tradição de celebrar, na Assembleia da República, o **Dia Internacional dos Monumentos e Sítios** e o **Dia da Liberdade**, no âmbito da iniciativa Parlamento de Porta Aberta, tem trazido ao Palácio de S. Bento milhares de cidadãos interessados em conhecer melhor a sede do Parlamento português, as suas origens, funcionamento, história e património.



Este ano não foi excepção e, uma vez mais, nos dias **18 e 25 de Abril**, centenas de visitantes encheram de vida e movimento o Palácio de S. Bento.

Para assinalar o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, a 18 de Abril, foi apresentado um programa de actividades centrado no tema “Água: cultura e património”. O facto de a data coincidir com uma segunda-feira, dia de normal funcionamento dos serviços da Assembleia da República, levou a que as visitas realizadas neste dia fossem apenas guiadas, tendo sido proporcionados dois tipos de visitas: um centrado na história do Palácio de S. Bento e na actividade e competências do Parlamento e outro onde são evidenciados os aspectos arquitectónicos e



patrimoniais do edifício.

Especialmente para os mais novos, foi ainda organizado o *peddy paper* “Água mole em pedra dura: viagem sobre a água no Palácio de S. Bento”, com provas animadas que todas as equipas participantes concluíram com muito talento.



No dia 25 de Abril, a ARP convidou os cidadãos a integrarem visitas livres e guiadas e reuniu crianças e famílias em torno dos “Poemas visuais de Abril”, uma oficina de expressão artística em que os participantes eram convidados a reflectir e construir os seus próprios poemas sobre a Liberdade a partir do recorte e colagem de poemas emblemáticos sobre o 25 de Abril e de desenhos impressos em papel. Foi neste ambiente que o Palácio de S. Bento acolheu, nestes dois dias, **mais de 2 100 visitantes**.



A ARP deu continuidade à actividade cultural e editorial que tem vindo a ser desenvolvida e que se traduziu na edição de livros, brochuras, folhetos, postais, agendas, convites e outros materiais promocionais; na produção de peças e artigos evocativos do Parlamento; na organização de sessões de lançamento de livros; na produção e acompanhamento de exposições; no apoio a obras de outras editoras; e na divulgação do Parlamento através da Livraria Parlamentar e da participação na Feira do Livro de Lisboa.



Pavilhão da ARP na Feira do Livro de Lisboa 2011

No âmbito das Comemorações do Centenário da República, a ARP celebrou um protocolo com a Biblioteca Nacional de Portugal para a edição de livros e a realização da exposição *Res Publica: Cidadania e representação política em Portugal, 1820-1926*, comissariada por Fernando Catroga e Pedro Tavares de Almeida, que esteve patente de 6 de Outubro de 2010 a 31 de Janeiro de 2011.



Inauguração da exposição *Res Publica*, 6 de Outubro de 2010.

A ARP desenvolveu outras iniciativas integradas num programa próprio para as comemorações da implantação da República, destacando-se a realização de uma sessão solene (6 de Outubro de 2010), do Congresso Internacional I República e Republicanismo (29 de Setembro a 2 de Outubro de 2010) e a edição de peças evocativas e livros.



A ARP editou um conjunto de pregadeiras e caixas com motivos da República.

Para assinalar o centenário da Constituição de 1911, a ARP iniciou os trabalhos de preparação de uma exposição (a inaugurar em 2011) e de um catálogo coordenados pelo Prof. Doutor Jorge Miranda.

VI. INFORMÁTICA

No período em que decorreu a **XI Legislatura**, a gestão das Tecnologias de Informação (TI) na ARP teve como principais objectivos a implementação de novas soluções e a melhoria de algumas das existentes, que contribuíram para a modernização dos Serviços e para o aumento da eficácia da actividade da ARP.

Das principais soluções realçam-se as seguintes:

. **Unificação dos vários domínios da ARP num domínio único** permitindo, desde logo, colmatar disfuncionalidades existentes no anterior sistema, designadamente, a simplificação do acesso às soluções informáticas e a criação de uma lista completa de endereços de correio electrónico. Esta unificação traduziu-se em benefícios funcionais e económicos, uma vez que cada Grupo Parlamentar tinha, até 2010, 5 servidores em produção. A partir de 2010 a infra-estrutura de servidores é a mesma para toda a ARP, reduzindo-se assim o esforço de administração dos servidores e o custo da manutenção de hardware e ainda o número de licenças de software instaladas.

Com a unificação os Grupos Parlamentares passaram a dispor de um ambiente mais seguro e amigável dado que a autenticação para a entrada em todas as aplicações ao seu dispor passou a ser efectuada uma só vez.

Para garantir o êxito deste projecto foram desenvolvidos, em paralelo, três projectos que tiveram uma relevância muito significativa:

1. **Delegação de Competências** - destinado a possibilitar a delegação da administração dos servidores virtuais de cada Grupo Parlamentar ao responsável informático designado por cada GP. Esta delegação de competências tem como objectivo a continuação do trabalho técnico até aqui feito pelos informáticos dos Grupos Parlamentares, tanto no apoio directo aos seus utilizadores como na própria estruturação da informação dentro de cada Grupo Parlamentar.
2. **Auditoria** - Destinando-se fundamentalmente a facultar a possibilidade, a cada Grupo Parlamentar, de verificação das acções executadas ao nível da Administração de Sistemas. Este projecto revelou-se da maior importância, não só para credibilizar o papel dos técnicos do CINF na administração dos servidores como para assegurar uma relação de confiança, entre o Centro de Informática e os Grupos Parlamentares, imprescindível ao bom funcionamento dos Grupos Parlamentares e do CINF.
3. **Reforço da infra-estrutura da tecnologia da informação da ARP** - assegurando que, apesar do aumento do número de utilizadores decorrente da integração dos Grupos Parlamentares, a infra-estrutura mantém um nível de resposta adequado às necessidades da AR. Com este objectivo, foi aumentada a capacidade de processamento, memória e disco adequando assim esta infra-estrutura à nova realidade.

- . **Virtualização dos postos de trabalho dos Deputados**, ficando a estação de trabalho armazenada centralmente e acessível remotamente. Esta solução possibilita a cada Deputado alternar entre o seu local de trabalho e a sala das sessões, mantendo o seu ambiente de trabalho em ambos os locais.

- . **A disponibilização de uma nova solução de acesso remoto à rede da ARP**, garantindo uma maior segurança e uma maior facilidade na sua utilização, evitando a instalação prévia de software nos postos.

- . **Substituição dos computadores afectos ao staff dos Grupos Parlamentares por equipamentos com uma melhor performance** adequando-os às necessidades dos Grupos Parlamentares para o desempenho dos trabalhos Parlamentares.

- . **Actualização da Infra-Estrutura de Rede** – Em 2010 foi iniciada a renovação de equipamentos de rede com o reforço da estrutura e introdução de novas soluções de rede de melhor desempenho. A actualização, em 2010, incidiu sobre o núcleo da Rede da AR bem como em equipamentos de acesso distribuídos nos edifícios da AR onde se deu início à introdução da capacidade PoE (*Power Over Ethernet*).

- . **Desenvolvimento de um Sistema de Gestão da Segurança da Informação** onde se destacam entre outras, a elaboração da propostas de política de topo da segurança da informação, de gestão dos riscos de segurança da informação, de classificação e manuseamento da informação, de gestão das operações e das comunicações e de gestão de incidentes de segurança.

No âmbito da Entidade Certificadora da Assembleia da República (ECAR), executou-se:

- a) **A revisão e criação de documentação procedimental e técnica** referente à actividade de certificação e aos sistemas que a suportam;

- b) **A integração dos sistemas de controlo de acessos e de detecção de intrusão do Centro de Processamento de Dados (CPD) e da Zona de Alta Segurança (ZAS).**

Quanto ao **desenvolvimento e melhoria de novas soluções de tecnologia de informação** destacam-se:

- a) Implementação de melhorias na aplicação do **Boletim Informativo**, permitindo a visualização das actividades parlamentares de uma forma segmentar por temas ou de uma forma calendarizada.
- b) **A Revisão da aplicação de Perguntas e Requerimentos electrónicos** visando a redução da complexidade e do tempo do processo desde a entrega por parte dos Deputados até ao envio para o Ministério dos Assuntos Parlamentares ou para outras entidades.
- c) **Reformulação dos processos desmaterializados** disponíveis aos Deputados. Dos processos revistos destacam-se registo Biográfico e suas alterações, Registo de Interesses, Pedidos de Certificados Digitais, Declaração de Inexistência de Incompatibilidades, Ajudas de Custo na Deslocação ao Círculo Eleitoral, Pedidos de Passaportes, Subsídios Familiares e Inscrição na Creche da AR.
- d) Lançamento da nova versão do **Portal do Deputado** congregando o acesso a toda a informação disponível na AR, útil para a actividade de Deputado (fontes de informação disponíveis na AR, informação sobre os meios informáticos que lhe são disponibilizados, legislação parlamentar, informação sobre os Serviços da AR, Formulários disponíveis, informação genérica sobre o Parlamento).
- e) A divulgação da **“Mobile Agenda”**, que automatizou o envio de mensagens para os telemóveis dos Deputados sempre que é efectuado um agendamento ou alteração à programação de reuniões dos órgãos da AR de que o Deputado é membro (Reuniões Plenárias, Comissão Permanente, Comissões Especializadas, Subcomissões, Grupos de Trabalho, Conselho de Administração, Conferência de Líderes e Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares).

- f) O início do desenvolvimento da **Base de Dados Textual**, base esta que se encontra interligada com a Base de Dados Terminológica.
- g) Integração da base de dados das **Iniciativas Europeias** com a do Processo Legislativo Comum, permitindo centralizar a informação referente às duas Bases de Dados tornando o seu acesso mais simples e intuitivo.
- h) Introdução de melhorias à aplicação de **Gestão da Tramitação do Processo Legislativo do Orçamento de Estado na AR (PL@OE)**, com o objectivo de aproximar cada vez mais a aplicação às necessidades dos seus utilizadores, e do cidadão em geral. Esta aplicação fornece informação relativa à tramitação do Orçamento de Estado na AR, disponibilizada ao público a partir da página do Parlamento e à ARP em geral através da sua Intranet.
- i) Colaboração com a CIC/RP na implementação das **Petições em formato electrónico**. Pretende-se que as petições sejam recolhidas através do site do Parlamento e, posteriormente, registadas automaticamente na base de dados PLC através de *webservices* criados para esse efeito.
- j) Desenvolvimento de ecrãs de registo e pesquisa para **o Orçamento e Contas de Gerência da Assembleia da República**.

Para o ano de 2010 foram estabelecidas metas orçamentais significativamente inferiores às dos anos anteriores. Assim, na óptica de uma política de contenção de custos, realizaram-se as seguintes acções:

- a) **Requalificação** de parte do parque informático existente, com a aquisição de componentes de hardware que permitiram uma melhoria da resposta dos equipamentos informáticos disponíveis.
- b) **A ligação à rede e configuração das fotocopiadoras** para que pudessem ser também utilizadas como impressoras. Esta medida permitiu uma redução substancialmente na utilização das impressoras, resultando numa economia substancial ao nível dos consumíveis e das manutenções.
- c) Ao nível de **software**, deu-se prioridade à instalação de aplicações centralizadas, permitindo reduzir substancialmente os custos de licenciamento.

Neste contexto foram desenvolvidos conversores de ficheiros de/para vários formatos, permitindo assim proceder à desinstalação das componentes cliente de software com função equivalente, e com custos substancialmente mais elevados.

- d) Foram Implementadas **regras de utilização** da aplicação que permite o envio de Short messages (SMS) para os telemóveis, através do Outlook. Estas regras, que visaram o estabelecimento de quotas e a limitação do número de SMS's gerados por cada mensagem, permitiram obter reduções substanciais nos custos associados a este serviço.

A **Cooperação Interparlamentar** fez parte da agenda de trabalhos do Centro de Informática, com a participação em **missões de cooperação** nos Parlamentos de São Tomé Príncipe, Cabo Verde e Moçambique, e com a organização de **estágios on-job** para funcionários parlamentares santomenses e moçambicanos da área de informática.

Neste capítulo importa ainda destacar a colaboração do CINF no início da implementação do **Projecto de Informatização do Parlamento da Guiné-Bissau**. Este projecto iniciou-se durante 2010 com a passagem de cabos e a criação de uma rede no Parlamento da Guiné. Paralelamente a esta implementação, a ARP seleccionou e assumiu o encargo da contratação de um Consultor Informático para o Parlamento da Guiné com o objectivo de dinamizar a utilização das tecnologias de Informação neste órgão de soberania.

VII. RELAÇÕES EXTERNAS

Enquanto membro de pleno direito, a ARP esteve representada, através de Delegações Permanentes, em nove **organizações parlamentares internacionais**:

- Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa;

- Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica;
- Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa;
- Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo;
- Assembleia Parlamentar da NATO;
- Assembleia Europeia de Segurança e Defesa/ Assembleia da AUEO-AESD/AUEO – extinguiu a sua actividade em Maio de 2011;
- Fórum Parlamentar Ibero-Americano;
- União Interparlamentar.

A actividade internacional dos Deputados portugueses contribui em muito para a visibilidade e promoção do Parlamento português, no âmbito das organizações parlamentares internacionais onde a ARP está representada. O resultado do trabalho parlamentar desenvolvido nesse contexto está patente na eleição de Deputados portugueses para cargos em órgãos das Assembleias Parlamentares Internacionais, na integração de missões específicas e enquanto relatores de Comissões e Grupos de Trabalho:

CARGOS EM ÓRGÃOS DAS ASSEMBLEIAS PARLAMENTARES INTERNACIONAIS

[Assembleia Parlamentar da Organização do Tratado do Atlântico Norte – APNATO](#)

XI Legislatura

- Deputado Miranda Calha (PS) – Presidente da Comissão de Defesa e Segurança;
- Deputado Pacheco Pereira (PSD) – Vice-Presidente da Subcomissão para o Futuro das Capacidades de Segurança e Defesa;
- Deputado José Luís Arnaut (PSD) – Vice-Presidente da Sub-Comissão para as Relações Transatlânticas;

XI e XII Legislatura

- Deputado José Lello (PS) – Vice-Presidente da Comissão Política;
- Deputado Miranda Calha (PS) – Vice-Presidente da Comissão de Defesa e Segurança;
- Deputado Vitalino Canas (PS) – Vice-Presidente da Comissão para Dimensão Civil da Segurança; Eleito Relator Especial para o Afeganistão da Comissão para Dimensão Civil da Segurança;
- Deputada Luísa Salgueiro (PS) – Vice-Presidente da Sub-Comissão sobre Energia e Segurança Ambiental.

Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa – APCE

XI Legislatura

- Deputado José Vera Jardim (PS) - Vice-Presidente da APCE;
- Deputado João Bosco Mota Amaral (PSD) - Vice-Presidente do Grupo do Partido Popular Europeu (PPE/DC) e, na XII Legislatura, Presidente da delegação da ARP à APCE;
- Deputada Manuela de Melo (PS) - Vice-Presidente da Comissão de Cultura, Ciência e Educação e Representante suplente do Conselho Executivo do Centro Europeu para a Interdependência e a Solidariedade Mundiais - Centro Norte-Sul de Lisboa;
- Deputado José Mendes Bota (PSD) - Presidente da Comissão sobre a Igualdade de Oportunidades para Homens e Mulheres;
- Deputado Maria de Belém Roseira (PS) - Parlamentar de Referência por Portugal na Campanha do Conselho da Europa contra a violência sexual relativa às crianças;
- Deputada Ana Catarina Mendonça Mendes (PS) - Representante da Comissão de Cultura, Ciência e Educação no Conselho Executivo do Centro Europeu para a Interdependência e a Solidariedade Mundiais - Centro Norte-Sul de Lisboa;
- Deputado Telmo Correia (CDS/PP) – Membro do Bureau do Grupo Democrata Europeu (GDE).

XII Legislatura

- Deputado Mota Amaral (PSD) - Presidente da Delegação Portuguesa, candidato à Vice-Presidência da APCE para 2011 e 2012 (eleição na 4ª Parte da Sessão Plenária de 2011 – Outubro)
- Deputado Mendes Bota (PSD) - Presidente da Comissão sobre a Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens (CIOMH) da APCE, Parlamentar de Referência para as questões da violência doméstica e representante da Comissão na Comissão *Ad Hoc* para Prevenção e Combate da Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (CAHVIO) - Grupo de Trabalho que está a elaborar o Projecto de Convenção contra o Combate à Violência contra as Mulheres.
- Deputada Maria de Belém Roseira (PS) - Parlamentar de Referência para as questões da violência sexual contra as crianças, no âmbito da Campanha do Conselho da Europa.
- Deputada Ana Catarina Mendonça Mendes (PS) - Representante da Comissão de Cultura Ciência e Educação da APCE no Conselho Executivo do Centro Norte-Sul (CN-S).

[Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica – APEM](#)

XI e XII Legislatura

- Deputado Eduardo Cabrita (PS) – Presidente da Comissão da Cultura.

[União Interparlamentar – UIP](#)

XI e XII Legislatura

- Deputado Duarte Pacheco (PSD) – Auditor Interno da UIP.

Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa –
APOSCE

XI Legislatura

- Deputado João Soares (PS) – Presidente da AP OSCE; Presidente *Emeritus* da AP OSCE; Membro do Bureau; Membro da Comissão Ad Hoc sobre Responsabilidade e Transparência na OSCE; Membro do Grupo de Trabalho para a Observação de Eleições.

XII Legislatura

- Deputado João Soares (PS) – Presidente *Emeritus* da AP OSCE; Membro do Bureau; Membro da Comissão Ad Hoc sobre Responsabilidade e Transparência na OSCE; Membro do Grupo de Trabalho para a Observação de Eleições; e Representante Especial para o Cáucaso.

Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo – APM

XI e XII Legislatura

- Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD) – Relatora do Grupo Especial de Trabalho (Questões do Género e Igualdade) da 3ª Comissão Permanente (Diálogo entre Civilizações e Direitos Humanos).

Assembleia Europeia de Segurança e Defesa / Assembleia da AUEO – AESD/AUEO

XI Legislatura

- Deputado José Vera Jardim (PS) - Vice-Presidente da AESD/AUEO;

MISSÕES DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL

Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa – APOSCE

- Deputado João Soares (PS) – liderou a Missão de Observação da OSCE às eleições para o Congresso dos EUA (2 de Novembro de 2010);
- Deputado Jorge Costa (PSD) – participou na Missão de Observação da OSCE às eleições legislativas no Azerbaijão (7 de Novembro de 2010).

Neste domínio da actividade das Delegações Permanentes, a ARP esteve representada na XI Legislatura em 71 reuniões internacionais, nas quais participaram 133 Deputados.

De entre as diversas reuniões/cerimónias organizadas pela ARP, são de destacar duas: - Reunião da **Comissão Permanente da APNATO**, que decorreu de 1 a 3 de Abril de 2011, em Ponta Delgada, Açores.



- **Prémio Norte-Sul**, que é atribuído anualmente pelo Centro Norte-Sul do Conselho da Europa e visa distinguir personalidades que contribuem, pela sua acção e exemplo, para a promoção da solidariedade e interdependência mundiais.

Este ano o prémio foi entregue à Presidente do *International Crisis Group*, Louise Arbour, e ao anterior Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, numa cerimónia que se realizou no dia 29 de Março de 2011, na qual participaram o Presidente da



Assembleia da República, Jaime Gama, e o Presidente da República de Portugal, Aníbal Cavaco Silva.

No âmbito das relações parlamentares bilaterais, a ARP, recebeu a visita de várias entidades e autoridades estrangeiras provenientes dos mais variados países.

No decorrer da 2ª Sessão Legislativa da XI Legislatura, entre muitos outros, a ARP acolheu:

- O Presidente da República Popular da China, Hu Jintao;
- O Presidente da República Federal da Alemanha, Christian Wulff;
- O Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Aristides Raimundo Lima;
- O Presidente do Parlamento Europeu, Jerzy Buzek;
- Uma Delegação de Deputados membros da Comissão de Assuntos Económicos e Financeiros da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe;
- O Secretário-Geral do Parlamento Nacional de Timor-Leste, João Rui Amaral;
- O Secretário-Geral da Assembleia Nacional de Angola, Eduardo de Jesus Beny;
- O Secretário-Geral da Assembleia República de Moçambique, Baptista Ismael Machaieie.

Já na XII Legislatura, a actual Presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, recebeu em audiência o Presidente da República de Timor-Leste, José Ramos Horta, no âmbito de uma visita de cortesia que efectuou a Portugal, em 1 de Julho de 2011.



No mesmo mês, a Presidente da Assembleia da República recebeu em audiência uma Delegação de Deputados do Parlamento Nacional de Timor-Leste, membros da Comissão Especializada Permanente para os Assuntos Constitucionais,



Justiça, Administração Pública, Poder Local e Legislação do Governo. Esta Delegação foi chefiada pelo Vice-Presidente do Parlamento Nacional, Deputado Vicente da Silva Guterres.

Também em Julho, a Chefe da Bancada da Frelimo (Assembleia da República de Moçambique), Deputada Margarida Talapa, foi recebida na ARP pelos líderes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS e PCP.

Enquanto órgão de soberania aberto à sociedade civil, o Parlamento português acolheu nos seus espaços a realização de vários eventos, designadamente colóquios, *fora*, debates, seminários, jornadas, conferências e reuniões.

VIII. ASSOCIAÇÃO DOS SECRETÁRIOS-GERAIS DOS PARLAMENTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Perante o reconhecimento do interesse e utilidade da realização dos Encontros Interparlamentares que têm decorrido no Parlamento português, a ARP organizou na 2ª Sessão Legislativa da XI Legislatura o **II Encontro Interparlamentar de Quadros de Apoio ao Processo Legislativo** – 27 de Setembro a 1 de Outubro de 2010.

Nele participaram funcionários oriundos dos Parlamentos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, bem como da ARP. Os participantes transmitiram a todos os presentes, através de apresentações previamente agendadas, as realidades existentes nos respectivos Parlamentos e trocaram



experiências no âmbito do processo legislativo parlamentar. Participaram, como observadores, o Secretário-Geral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e um funcionário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Este Encontro teve ainda a presença especial do Secretário-Geral do Parlamento Nacional de Timor-Leste, João Rui Amaral, que se encontrava em visita de estudo aos Serviços da ARP.

Os participantes foram recebidos em audiência pelo então Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.

Conforme as conclusões aprovadas, o Encontro permitiu aos participantes efectuarem um diagnóstico da situação em cada um dos Parlamentos presentes em matéria de apoio ao processo legislativo, detectando as necessidades e constrangimentos existentes e apontando vias de solução e oportunidades de melhoria. De entre essas vias de solução cabe destacar as vantagens de uma programação prévia do trabalho legislativo, o cumprimento dos prazos regimentais e a necessidade de fixação futura de prazos mínimos no processo legislativo, como formas de contribuir para a melhoria da qualidade da legislação;

Os participantes decidiram ainda destacar nas conclusões acordadas, a implementação, até ao final do ano, de uma rede de trabalho de quadros das áreas de apoio ao processo legislativo já criada no *site* da Internet da ASG-PLP na sequência do primeiro Encontro, que decorreu em 2008.

Já no âmbito da 1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura, a ARP organizou de 11 a 15 de Julho de 2011 no Auditório do Novo Edifício, o **I Encontro Interparlamentar de Quadros das Áreas de Relações Internacionais, Relações Públicas e Protocolo**. Participaram neste Encontro funcionários oriundos de todos os Parlamentos de Língua Portuguesa. Esteve igualmente presente, como observadora, a Secretária-Geral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sandra Costa.



No decorrer deste Encontro foram abordados temas relacionados com a Diplomacia Parlamentar, os Grupos Parlamentares de Amizade, a Cooperação Parlamentar, as Organizações Parlamentares Internacionais, o Protocolo Parlamentar e Comunicar (n)o Parlamento.

O Vice-Presidente da Assembleia da República, Deputado Guilherme Silva (PSD), abriu o Encontro e nessa ocasião esteve também presente, em representação do Secretário Executivo da CPLP, o Director da CPLP Hélder Vaz. O Secretário Executivo da CPLP, Eng. Domingos Simões Pereira, acolheu, no segundo dia de trabalhos, os participantes na sede do Secretariado Executivo da CPLP.



Das conclusões aprovadas, realça-se, no domínio das **relações parlamentares internacionais**, o reconhecimento unânime, por parte das delegações presentes, da importância crescente da diplomacia parlamentar, concretizada através dos Grupos Parlamentares de Amizade, da participação nas Organizações Parlamentares Internacionais e no desenvolvimento dos laços de cooperação parlamentar. Foi igualmente valorizado o papel de uma assessoria técnica adequada, com capacidade para gerar valor acrescentado, e que permita aos Deputados uma melhor representação dos seus Parlamentos. No mesmo domínio, reconheceu-se a relevância da cooperação parlamentar bilateral e multilateral, na consolidação das competências dos funcionários dos Parlamentos de Língua Portuguesa, através da partilha de experiências e conhecimentos.

Na área do **protocolo parlamentar**, as conclusões ressaltaram a vontade de incentivar a elaboração de normas que concretizem as boas práticas que vêm sendo seguidas, designadamente criando legislação sobre precedências, resolvendo assim conflitos de práticas protocolares. Destacaram ainda o papel fundamental das Relações Públicas na desconstrução das atitudes pré-concebidas, nomeadamente anti-parlamentaristas, que os cidadãos têm, assumindo cada vez mais funções pedagógicas e de promoção da cidadania. Neste âmbito, o documento de conclusões salientou a importância do conhecimento centralizado de toda a informação parlamentar nas

relações públicas ou na comunicação, para uma melhor contextualização da informação a prestar através dos vários canais de comunicação da sua responsabilidade.

Cabe ainda dar um especial destaque à reafirmação, de forma unânime, do papel que a Língua Portuguesa desempenha como factor de identificação e união dos Parlamentos de Língua Portuguesa, projectando-os no plano internacional como uma comunidade única num espaço geográfico descontínuo.

Tal como já foi reconhecido em Encontros anteriores, os participantes reiteraram o grande interesse e utilidade na realização destes Encontros, com carácter regular, dado que muito contribuem para a qualificação técnica e enriquecimento dos funcionários parlamentares, pilares essenciais do órgão de soberania; sugeriu-se ainda a introdução de uma tarde dedicada à realização de oficinas de trabalho, tendo em vista conferir um aspecto mais prático a esta acção formativa. Também na linha de conclusões anteriores, os participantes exaltaram a utilidade de se constituírem redes de trabalho sectoriais interparlamentares que aproximem os funcionários parlamentares e permitam uma partilha regular de experiências e uma maior facilidade no esclarecimento de questões do dia-a-dia.

A Presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, fez o encerramento deste I Encontro Interparlamentar de Quadros das Áreas de Relações Internacionais, Relações Públicas e



Protocolo e entregou aos participantes os respectivos certificados de participação.

Importa salientar que, no domínio da cooperação parlamentar multilateral, desde 15 de Setembro de 2010 até à actualidade, a ARP recebeu **um total de 37 funcionários parlamentares** oriundos dos parlamentos da CPLP, no âmbito da realização dos **Encontros temáticos** de apoio ao processo legislativo e de relações públicas, internacionais e de protocolo.

IX. COOPERAÇÃO PARLAMENTAR BILATERAL

Durante a 2ª Sessão Legislativa da XI Legislatura e já no decorrer da 1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura, a ARP manteve a sua aposta na consolidação e desenvolvimento da cooperação parlamentar bilateral que tem vindo a estabelecer com os diversos Parlamentos de Língua Portuguesa.

Foi assim, com a maior satisfação, que recebemos na ARP os Senhores Secretários-Gerais do Parlamento Nacional de Timor-Leste, João Rui Amaral, da Assembleia Nacional de Angola, Eduardo de Jesus Beny e da Assembleia República de Moçambique, Baptista Ismael Machaieie. No âmbito das relações luso-timorenses, o programa de cooperação parlamentar celebrado entre a ARP e o Parlamento Nacional está sensivelmente a meio pelo que, logo após o encerramento do nosso XII Encontro, será elaborada a necessária avaliação intercalar.

Com a Assembleia da República de Moçambique foi assinado, em Maputo, no passado mês de Junho, um novo programa de cooperação bilateral que consolidará os alicerces já existentes ao nível das competências dos funcionários parlamentares.

A visita do Senhor Secretário-Geral da Assembleia Nacional de Angola, Eduardo de Jesus Beny, à ARP, em Maio de 2011, permitiu o arranque de um novo ciclo de relações entre as duas instituições parlamentares. Nessa visita foi assinada uma Carta de Intenções nos termos da qual foi assumido como necessário e urgente a



preparação de um adequado programa de cooperação entre os Parlamentos dos dois países.

O programa de cooperação parlamentar celebrado com a Assembleia Nacional de Cabo Verde, em 2009, foi alvo da respectiva avaliação intercalar em Outubro de 2010. No final deste ano terminará a sua vigência e será, por certo, momento para aprofundarmos um novo estágio de intercâmbio e partilha de experiências e conhecimentos.

Com a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, a cooperação centrou-se no processo de informatização do Parlamento guineense, quer ao nível da implementação das estruturas adequadas quer ao nível do apoio técnico *in loco*, pelo recrutamento de um informático para prestar serviço neste parlamento.

No que diz respeito a São Tomé e Príncipe o actual Programa de Cooperação bilateral (2010-2012) encontra-se a meio da sua vigência, pelo que o relatório de avaliação intercalar será brevemente elaborado. Tiveram lugar diversas missões de cooperação e estágios *on the job* e os três Consultores continuam a desempenhar as suas funções com resultados positivos para os trabalhos do Parlamento santomense.

No âmbito dos Programas de Cooperação, desde 15 de Setembro de 2010 até à actualidade, a ARP recebeu **um total de 44 funcionários parlamentares** oriundos dos parlamentos da CPLP, para efeito de realização de **estágios**, nas áreas legislativa, financeira, de informação e comunicação, informática e de relações públicas e internacionais.

A cooperação parlamentar que a ARP desenvolve, quer no âmbito dos Parlamentos de Língua Portuguesa quer em parceria com outras instituições parlamentares e organizações internacionais, baseia-se na firme convicção de que os Parlamentos, enquanto órgãos de soberania desempenham um papel crucial no aprofundamento da democracia e no incentivo à participação dos cidadãos no quadro da consolidação e da modernização do Estado de Direito .



Díli, 26 a 28 de Setembro de 2011

Adelina Sá Carvalho

SECRETÁRIA-GERAL DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE PORTUGAL